



**BOLETIM Nº 260 – ANO VI**  
20 de Maio de 2016



**PIS-Pasep: aposentados que contribuíram até 1988 podem ter dinheiro a receber**

*Segundo informações do Ministério do Trabalho e Previdência Social, aposentados de qualquer idade e pessoas com 70 anos ou mais que contribuíram para o PIS ou Pasep até 4 de outubro de 1988 podem ter valores disponíveis para saque do Fundo PIS-Pasep. Quem ainda não fez o resgate das cotas, por ocasião da aposentadoria, por exemplo, deve buscar mais informações.*

Para conhecer o saldo, se houver, ou o número de inscrição em um dos programas, os participantes devem procurar o Banco do Brasil, que é o agente administrador do Pasep, ou a Caixa Econômica Federal, instituição administradora do PIS.

Podem sacar as cotas ainda existentes, pessoas que contribuíram para os programas que possuem saldo em suas contas individuais e estejam enquadrados em um dos seguintes motivos, de acordo com a legislação:

- aposentadoria;
- idade igual ou superior a 70 anos;
- invalidez (do participante ou dependente);
- transferência para reserva remunerada ou reforma (no caso de militar);
- idoso e/ou portador de deficiência, ex-trabalhador, inscrito no Benefício da Prestação Continuada (BPC/Loas);
- participante (ou dependente) acometido por neoplasia maligna, vírus HIV ou doenças listadas na Portaria Interministerial MPAS/MS 2.998/01;
- morte, situação em que o saldo da conta será pago aos dependentes ou sucessores do titular.

**Onde consultar o saldo**  
Os documentos necessários para efetuar o saque podem ser consultados no site da Caixa, na seção Quotas do PIS, ou do Banco do Brasil, no item Quando e Como Sacar o Saldo.

**Quem não tem direito**  
Trabalhadores que passaram a contribuir para o PIS ou Pasep a partir do dia 5 de outubro de 1988 não possuem valores de cotas para resgate, pois desde aquela data, o Fundo PIS-Pasep não conta com a arrecadação para contas individuais.

**O**

**Programa**

Fundo PIS-Pasep resultou da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Esta junção foi estabelecida pela Lei Complementar 26/75, com vigência a partir de 1º de julho de 1976, regulamentada pelo Decreto 78.276/76. O Fundo é gerido, atualmente, pelo Decreto 4.751/03.

Além disso, o art. 239 da Constituição Federal alterou a destinação dos recursos provenientes das contribuições para o PIS e para o Pasep, que passaram a ser alocados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**Campanha para saque pelos beneficiários**

O Conselho Diretor responsável pela gestão do patrimônio do Fundo e os agentes administradores do PIS (Caixa) e do Pasep (Banco do Brasil) promoveram, ao longo dos últimos anos, medidas para aperfeiçoamento do cadastro do Fundo, visando ao aprimoramento da comunicação com os participantes dos programas.

Com base no resultado dessas ações foi iniciada, no segundo semestre de 2015, campanha para informar sobre o direito de saque aos participantes com idade igual ou superior a 70 anos e que ainda possuem saldo nas contas individuais. A campanha, com a utilização de mala direta, teve impacto expressivo no número de saques de saldos no Fundo PIS-Pasep por motivo de idade já ao final de 2015, em comparação ao observado em anos anteriores.

As ações de divulgação estão sendo escalonadas de forma a atingir o maior número de pessoas, e, ao mesmo tempo, para evitar o deslocamento às agências do Banco do Brasil e da Caixa de um contingente superior ao recomendado para a prestação de um atendimento de qualidade.

Para mais informações, tirar dúvidas ou conhecer a legislação em vigor, acesse a área sobre o Fundo PIS-Pasep no site do Tesouro Nacional.

**FONTE: DIAP 18/03/2016**

## **Temer cria grupo de trabalho com centrais para discutir reforma da Previdência em 30 dias**

O presidente interino Michel Temer determinou, nesta segunda-feira (16), a criação de um grupo de trabalho para discutir propostas para a reforma da Previdência. A decisão foi anunciada após reunião entre representantes de centrais sindicais e a cúpula do governo no Palácio do Planalto. O próprio Temer participou do encontro e definiu o tempo de trabalho: trinta dias.

A coordenação será feita pelo ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e cada central sindical terá dois representantes – com exceção da CUT e da CTB, que não participarão num primeiro momento, segundo o deputado Paulo Pereira (SDD), o Paulinho da Força. O grupo terá a primeira reunião na próxima quarta-feira e o prazo de um mês para formular uma proposta. Caso não haja consenso, o governo enviará um projeto de lei para ser discutido no Congresso.

Em entrevista a jornalistas, Paulinho da Força, presidente licenciado da Força Sindical, afirmou que a tônica dada pelo governo foi a da negociação e discussão com resultados concretos.

*“Foi positivo o fato da a primeira reunião, em 94 horas de governo, ser com as centrais. O governo rapidamente aceitou discutir e para nós é importante um governo que dialogue e discuta, e não imponha”.*

Segundo Paulinho, as centrais não aceitam mexer nos direitos adquiridos, como chegou a cogitar o ministro da Fazenda, Henrique Meireles, também presente ao encontro. Mudanças, apenas para quem for entrar no mercado de trabalho. Paulinho aposta que há outras medidas que podem ser tomadas para acabar com o déficit da Previdência, como a cobrança para o agronegócio e o fim da desoneração da folha de pagamento.

*“Como disse o próprio presidente, pode ser que no final se chegue à conclusão de que não precisa fazer nada, mas ele disse que tem urgência”*

O presidente das Central dos Sindicais Brasileiras (CSB), Antonio Neto, afirmou que Temer garantiu que os direitos trabalhistas serão mantidos.

*“O presidente (Michel Temer) repete inclusive aquilo que foi o discurso dele. Ele não mexerá naquilo que são direitos garantidos dos trabalhadores”.*

Além do presidente, pelo governo estiveram presentes Henrique Meireles (Fazenda), Eliseu Padilha (Casa Civil) e Ronaldo Nogueira (Trabalho).

**FONTE: Blog do Planalto 16/05/16**

## Centrais cobram diálogo e governo cria GT para debater Previdência



### **Sindicalistas, Temer e Ministros reunidos na segunda(16)**

As quatro Centrais Sindicais que estiveram ontem (16) com o presidente interino, Michel Temer (PMDB), saíram do encontro com o compromisso de que eventuais mudanças na Previdência serão precedidas de diálogo com os representantes dos trabalhadores.

As declarações do ministro Henrique Meirelles (Fazenda), na semana passada, sobre uma reforma da Previdência com a elevação da idade mínima para a aposentadoria, geraram reações entre sindicalistas. Segundo os participantes, essa questão não foi tratada na reunião.

Estiveram no encontro o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva; o presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah; o presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos; e o presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), Antonio Neto. Além de Meirelles, participaram da reunião os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Ronaldo Nogueira (Trabalho).

O presidente da UGT, Ricardo Patah, disse à **Agência Sindical** que Temer decidiu pela criação de um Grupo de Trabalho (GT), sob coordenação da Casa Civil, a fim de debater a reforma. O dirigente informou que o GT já terá sua primeira reunião nesta quarta (18), com presença também dos ministros da Fazenda e Trabalho e Previdência Social.

“Temer reiterou que não pretende ser candidato à reeleição e deseja deixar um legado ao País. Ele também disse que não é sua intenção sair com a pecha de ter retirado direitos dos trabalhadores”, contou Patah. Segundo o sindicalista, a direção da UGT se reúne nesta terça (17), a fim de definir as propostas que a Central vai colocar em debate no grupo de trabalho.

O presidente da CSB, Antonio Neto, considera que foi uma reunião boa, “que sinalizou disposição de diálogo por parte do governo”. “Os ministros fizeram exposições rápidas, indicando a intenção de encontrar uma solução duradoura para o financiamento da previdência pública no País”, informou à **Agência**.

Segundo o dirigente, o GT deve apresentar em 30 ou 40 dias um diagnóstico mais qualificado sobre o que precisa ser feito para assegurar equilíbrio ao sistema de Previdência Social.

Antes da reunião, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) já tinham anunciado que não participariam da reunião. As duas consideram Temer presidente sem legitimidade para o cargo.

**FONTE: Repórter Sindical nº 2.258 – 17/05/2016 – Ano Ix**

## **PROJETOS APRESENTADOS E EM ANDAMENTO**

### ➤ **Cota para pessoas com deficiência conforme o grau de risco da atividade**

PLS 00191/2016 do senador Douglas Cintra (PTB/PE), que “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para modificar as regras para contratação de pessoas com deficiência”. Altera a Lei de benefícios da Previdência Social, para definir que deverá ser considerado o grau de risco da atividade econômica das empresas para redução do número de vagas reservadas para pessoas portadoras de deficiência, da seguinte forma:

- a) 50% de redução para estabelecimentos com grau de risco 4;
- b) 40% de redução para estabelecimentos com grau de risco 3;
- c) 20% de redução para estabelecimentos com grau de risco 2.

A empresa que ofertar as vagas aos beneficiários reabilitados e às pessoas com deficiência, e comprovar que não conseguiu preencher as vagas pela ausência de interessados capacitados para o exercício das funções, não será penalizada.

### ➤ **Saque do FGTS para pagamento de financiamento estudantil**

PLS 00186/2016 do senador Blairo Maggi (PR/MT), que “Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a movimentação de recursos do Fundo para fins de pagamento de saldo devedor de financiamento concedido no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil”. Permite o saque do FGTS, para pagamento do saldo devedor de financiamento concedido no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

**FONTE: Informativo da CNI – Ano 24 – nº 012 – 09 de maio de 2016**

**OBS.: Esses Projetos podem ser acompanhados o dia a dia no LEGISDATA**

## Ministro do Trabalho diz que projeto da terceirização tem que ser revisto.

O Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou em entrevista exibida na manhã desta quarta-feira (18) no programa Bom Dia Rio Grande, da RBS TV, que o texto do projeto de lei que trata das terceirizações, aprovado pela Câmara e em tramitação no Senado deve ser revisto. A proposta prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade, desde que a contratada esteja focada em uma atividade específica.

Enquanto deputado federal, Ronaldo Nogueira (PTB) votou contra o projeto na Câmara. Segundo ele, não há um consenso entre entidades sobre o modelo do texto que está no Congresso.

Representantes dos trabalhadores argumentam que a lei pode provocar precarização no mercado de trabalho. Empresários, por sua vez, defendem que a legislação promoverá maior formalização e mais empregos.

“Direito adquirido você não revoga, você aprimora. Isso é fundamental. O projeto da terceirização, no conceito atual, da terceirização da atividade-fim, precisa ser revisto em alguns aspectos. Foi por isso, que como deputado federal, eu votei contra. Até porque não há uma sintonia de interpretação daqueles que defendem a terceirização no modelo em que está. O próprio Ministério Público Federal do Trabalho, os juristas da área de trabalho têm uma certa dúvida no que diz respeito do modelo em que ali está. Por isso que é fundamental que as centrais sindicais, que o trabalhador, seja partícipe nessa mesa de negociação que poderá propor um modelo moderno, atual e que traga garantias e segurança para o trabalhador”, afirmou.

Nogueira afirmou ainda que para buscar recuperar o crescimento de vagas de emprego, irá dar prosseguimento a políticas e programas já implantadas no Ministério do Trabalho. Ele cita a qualificação profissional como “ferramenta muito importante que o governo pode dispor para ajudar o trabalhador a ter sua inserção no mercado de trabalho”.

“Nós vamos dar continuidade aos programas que foram implantados pelo Ministério do Trabalho. Não haverá ruptura de programa. O que será feito é um diagnóstico, um estudo, para que esses programas sejam aprimorados, trazendo resultados mais eficazes para ajudar o Brasil a recuperar o seu crescimento econômico”, alegou.

Sobre a reforma na previdência, o ministro do Trabalho disse pensar como o ministro da Fazenda Henrique Meirelles, e afirmou que é necessário estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria para dar “sustentabilidade e garantia de pagamento ao trabalhador aposentado”. Segundo Nogueira, as mudanças valeriam apenas para aqueles que estão ingressando no mercado de trabalho.

“Tem dois fatores que são muito importantes: garantir o financiamento da previdência social, além da própria contribuição do trabalhador. A mudança de uma regra para aquele trabalhador que já está no mercado de trabalho não deverá ter a permanência, ou seja, a eficiência nesse exato momento. A partir daqueles que irão entrar no mercado de trabalho, me parece que esse é o consenso por parte de algumas das principais centrais sindicais”, afirmou.

**Fonte: G1, 18.05.2016 e Informativo Granadeiro .**

## O que temer de Temer?

*Algumas questões já preocupam e nos faz temer o que virá da equipe Temer: a primeira é a própria equipe. Ao invés de se cercar de brasileiros notáveis, buscando um ministério de excelência, o que tem sido noticiado nos mostra que o futuro presidente estará cercado de cidadãos notórios. Mas notórios investigados ou denunciados nos infundáveis escândalos de corrupção que assolam a Terra Brasilis, entre elas a Operação Lava-Jato. Aqui já nos cabe bradar a máxima que atribuem ao imperador Júlio César, por volta dos anos 60 a.C. em Roma: “Não basta que a mulher de César seja honrada, é preciso que sequer seja suspeita”. Ou talvez um outro dito popular: “diz-me com quem andas que te direi quem és”.*

*Vilson Antonio Romero\**

Neste voo turbulento da aeronave Brasil, o piloto está sendo substituído. Passa a atender pelo nome de Michel Miguel Elias Temer Lulia, aliás Michel Temer, advogado, escritor e político.

Aos 75 anos, este filho da cidade de Tietê, da região metropolitana de Sorocaba, marido de Marcela, pai de Luciana – do primeiro casamento – e de Michelzinho, assume, no mínimo por seis meses, o manche da Nação tumultuada, com descontrole nas contas públicas, inflação galopante, taxa de juros nas nuvens, desemprego traumatizante, economia em queda livre e carga tributária paquidérmica.

A sociedade aguarda ansiosa por novas posturas e por medidas proativas importantes que alterem o “animus” dos cidadãos, contribuintes, empregadores, trabalhadores, aposentados, desempregados, do Brasil em geral. O empresariado cobra novos horizontes. O mercado augura sinalizações e providências. O brasileiro procura enxergar “o túnel”.

Os balões de ensaio foram plantados ou urdidos ao longo dos últimos dias. Alguns senões antecederam esta tomada de poder. A carta divulgada, meio patética e medíocre, reclamando e mendigando atenção e participação nos atos palacianos. O áudio de um ensaio de discurso, vazado nas redes sociais, proposital ou acidentalmente, com manifestações de alguém que sentava antecipadamente numa cadeira que ainda não era sua.

Acidentais ou propositais, estranha-se atitudes como estas vindas de um político escolado, na vida pública desde o início da década de 80, já tendo sido presidente da Câmara dos Deputados em três oportunidades, entre inúmeros outros cargos públicos.

Algumas questões já preocupam e nos faz temer o que virá da equipe Temer: a primeira é a própria equipe. Ao invés de se cercar de brasileiros notáveis, buscando um ministério de excelência, o que tem sido noticiado nos mostra que o futuro presidente estará cercado de cidadãos notórios. Mas notórios investigados ou denunciados nos infundáveis escândalos de corrupção que assolam a Terra Brasilis, entre elas a Operação Lava-Jato. Aqui já nos cabe bradar a máxima que atribuem ao imperador Júlio César, por volta dos anos 60 a.C. em Roma: “Não basta que a mulher de César seja honrada, é preciso que sequer seja suspeita”. Ou talvez um outro dito popular: “diz-me com quem andas que te direi quem és”.

A equipe anunciada até agora já desmorona a esperança de credibilidade, confiabilidade e honradez necessárias a um governo forte e credenciado a retomar a marcha do crescimento.

Por outro lado, o pretendido enxugamento da máquina pública, tão necessário, sofre de refluxos, na razão direta da amplitude da anunciada base de apoio que chega a mais de

20 siglas partidárias. Esperamos ver a atual e obesa estrutura administrativa de 32 ministérios e mais de 22 mil cargos em comissão ser reduzida a um conjunto efetivamente enxuto. Só para comparar, os EUA e a Alemanha têm menos de 20 ministérios cada.

Por aí iniciam as nossas temeridades do que virá de um governo Temer. Além disso, as medidas serão e devem ser amargas, caindo no colo e no bolso da classe média, dos aposentados do INSS e dos servidores públicos, e ao fim e ao cabo, da população em geral.

Redundarão em mais arrocho, mais aperto e a conta sendo cobrada de quem tem sido sempre chamado a contribuir: o assalariado, o consumidor, o contribuinte, ao invés de serem taxados com maior justiça fiscal o rentista, o capitalista e o especulador.

Questões como a retomada gradual da economia, a transparência e o equilíbrio no sistema previdenciário, a contenção da espiral inflacionária, a independência do Banco Central, a ampliação do crédito, a queda na taxa de juros e a remotivação do brasileiro em torno de seu governo central deverão ser buscadas. Mas quiçá o conjunto da obra seja melhor encaminhado para que, ao invés de nos fazer temer o governo Temer, possamos saudar os novos tempos de um Brasil melhor para todos.

*(\*) Jornalista, auditor-fiscal da Receita Federal, conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)*

**FONTE: Diap 17/05/2016**

## Frente parlamentar vai atuar na defesa de direitos da classe trabalhadora



Graça Costa\*

Foi lançada nesta quarta-feira (18), a partir das 9 horas, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), do Senado Federal, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora. O colegiado, que será formado por deputados e senadores, será espaço privilegiado de diálogo para discussão, defesa e implementação de direitos constitucionais e infraconstitucionais relacionados ao tema.

Para tanto, a Frente atuará de forma articulada com as representações dos trabalhadores e da sociedade civil organizada para a defesa dos direitos constitucionais e infraconstitucionais, especialmente os artigos 6º, 7º, 8º, 37 e 39 a 41, 170, 184, 186, 201 e 202, da Constituição Federal, a Consolidação das Leis do Trabalho, a Legislação da Seguridade Social, o regime jurídico dos servidores públicos, bem como a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos

Humanos.

Na análise do DIAP, a legislatura iniciada em fevereiro de 2015, pulverizada partidariamente, especialmente a Câmara dos Deputados, que passou de 22 agremiações para 28, ficou mais difícil à formação de consenso para a aprovação de matérias no Parlamento.

Diante dessa assertiva e a impossibilidade de atendimento de demandas e anseios específicos de determinados setores da sociedade, surge no Congresso Nacional as chamadas frentes parlamentares, também conhecidas como bancadas informais, com o propósito de influenciar favoravelmente a adoção de políticas públicas específicas.

O Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 69, de 10/11/2005, disciplina a criação e o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados. Assim, para os efeitos do Ato da Mesa, considera-se Frente Parlamentar a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade.

Outrossim, com o escopo de incentivar e promover os trabalhos das Frentes Parlamentares poderá requerer a utilização de espaço físico da Câmara dos Deputados para a realização de reunião, dentre outros eventos, e prevê que as atividades serão amplamente divulgadas pela TV Câmara, Rádio Câmara e na página da Câmara dos Deputados na Internet.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora tem como finalidade primordial fortalecer o diálogo do Parlamento com as entidades de representação do mundo do trabalho e da sociedade civil organizada em geral, na perspectiva do incremento da atuação parlamentar na defesa do desenvolvimento econômico e social do Brasil com garantia de direitos para a classe trabalhadora, atuando em todos os espaços de negociação e decisão nas Casas Legislativas do Congresso Nacional e perante os demais Poderes.

Também pretende acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse para promover a qualificação dos debates, através de audiência pública, simpósios, seminários e eventos pertinentes.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora poderá atuar na promoção de intercâmbio com os entes assemelhados de parlamentos de outros estados e países visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas destinadas a garantia de direitos e da resistência a retrocessos.

Todos os objetivos justificam a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora que buscará, de maneira suprapartidária e articulada com as representações das partes envolvidas do mundo do trabalho e com os movimentos sociais em geral, o compromisso de preservar conquistas, se opor a retrocessos de direitos, para a consolidação do desenvolvimento nacional que faz o Brasil despontar como potencial liderança produtiva em diversos setores, construindo a lógica de desenvolvimento responsável do país ao viabilizar o crescimento econômico com a distribuição da riqueza, a redução das desigualdades e garantia de direitos.

Vamos à luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora!

(\*) Vice-presidente do Diap .

FONTE: Diap 17/05/2016

## Manifestações são contra fim do Ministério da Previdência Social

*A Esplanada dos Ministérios amanheceu, na última terça-feira (17), coberta de faixas, com dizeres contra o Ato do presidente da República em exercício, Michel Temer, de incorporar o Ministério da Previdência Social (MPS) ao Ministério da Fazenda, inclusive de formulação de políticas de Previdência. Já o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), uma das maiores autarquias do país, foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social.*

As medidas declaram o fim da Previdência como Ministério, e atingiram em cheio o maior sistema de distribuição de renda do país.

O Brasil se tornou um dos poucos países do mundo que não tem um ministério próprio de Previdência Social e certamente o único em que a Previdência está dentro do Ministério da Fazenda. A decisão, na contramão da gestão pública, atenta contra as expectativas de direitos de 65 milhões de segurados contribuintes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), seus 28 milhões de beneficiários urbanos e rurais e 4 milhões de beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), e 32 mil servidores ativos do INSS.

A Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (Anasps), com 52 mil participantes, associou-se aos protestos junto com a Confederação Brasileira dos Aposentados (Cobap), e suas federações estaduais.

Neste momento, a Anasps, com outras entidades, articula manifestações, em Brasília, para tentar encaminhar uma solução, reconhecendo que o Presidente Michel Temer foi induzido a um erro histórico, uma vez que a Previdência Social brasileira em 93 anos construiu uma história de relevantes serviços prestados à sociedade brasileira.

**FONTE: DIAP 19/05/2016**

**Filiado a :**

